

OS DETERMINANTES DA AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA: UMA ANÁLISE PARA AS REGIÕES BRASILEIRAS

Gabriella Nunes da Costa¹

Karina Mescollotto²

Prof. Dr. Adelson Martins Figueiredo³

Resumo

O objetivo desta pesquisa foi estudar a percepção das condições de vida pela população brasileira. A hipótese levantada é que indicadores objetivos como financeiros e de moradia influenciam na avaliação das condições de vida e, conseqüentemente, no bem-estar subjetivo. Dada à complexidade do assunto, necessita-se de uma abordagem que capte a profundidade da questão e para isso utilizou-se do método de Análise de Equações Estruturais (AEE), com dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008/2009. Os resultados obtidos permitem inferir que a condição financeira da família é muito importante para a avaliação das condições de vida em todas as regiões brasileiras. Porém, apenas nas regiões Norte e Nordeste, nas quais os indicadores objetivos de condições de moradia são os piores do país, as condições de moradia influenciam positiva e significativamente a avaliação das condições de vida.

Palavras-chave: Percepção da qualidade de vida, Bem-estar subjetivo, Análise de Equações Estruturais.

Classificação JEL: I31

Abstract

This research aims to study the perception of life conditions by the Brazilian population. The hypothesis that the objective indicators financial and habitation affect the quality of life evaluation and in consequence the subjective well being. Considering the complexity of this matter it is necessary an empirical approach that brings up the depth of this issue so it was used the Structural Equation Modeling (SEM) applied to the data of the Brazilian Consumer Expenditure Survey (POF) - 2008/2009. The results has been shown that the financial conditions are very important to the quality of life evaluation in all regions. However, only the North and Northeast regions, whose objective indicators of habitation are the worst in the country, the habitation conditions has positive and significantly influence in the quality of life evaluation by the individuals.

Key-words: Quality of life perception, Subjective wellbeing, Structural Equation Modeling.

JEL Classification: I31

1. INTRODUÇÃO

A qualidade de vida é um fenômeno complexo e multifacetado que exige abordagens múltiplas e a contribuição de diferentes campos teóricos (DIENER; SUH, 1997; PESSOA; SILVEIRA, 2009). Tradicionalmente, a qualidade de vida é definida sob três abordagens,

¹ Mestranda em Economia no PPGEc UFSCar –Sorocaba e Membro do Núcleo de Estudos em Economia Aplicada (NEA/UFSCar); e-mail: gabriella.nunescosta@gmail.com;

² Mestranda em Economia no PPGEc UFSCar –Sorocaba e Membro do Núcleo de Estudos em Economia Aplicada (NEA/UFSCar); e-mail: karinames93@gmail.com;

³ Professor do Departamento de Economia na UFSCar-Sorocaba; e-mail: martinsfigueiredo2@gmail.com;

sendo estas: a abordagem de ideias normativas; de satisfação das preferências; e de experiências individuais. A segunda abordagem, que é foco deste trabalho, é a que melhor expressa o pensamento econômico moderno (DIENER; SUH, 1997), sendo traduzida na teoria econômica a partir da teoria do consumidor, em que a satisfação do indivíduo é mensurada pela mais alta curva de utilidade que a sua restrição orçamentária permite atingir.

Porém, a mensuração da qualidade de vida a partir da abordagem de satisfação das preferências têm suas limitações e, por isso, novos meios de definição e mensuração da qualidade de vida vêm sendo propostos nas últimas décadas, como é o caso dos indicadores objetivos e subjetivos de bem-estar (DIENER; SUH, 1997). Tais indicadores são complementares e, portanto, quando utilizados em conjunto fornecem maiores contribuições (GRAHAM, 2004), pois indicarão aos formuladores de política econômica se as políticas aplicadas com o objetivo de promover a qualidade de vida são aquelas desejadas pela população (DIENER; SUH, 1997; PESSOA; SILVEIRA, 2009) e, como consequência, afetam a avaliação subjetiva de cada indivíduo a respeito de sua qualidade de vida.

Dentro das dimensões que compõem os indicadores objetivos e subjetivos de qualidade de vida se encontra uma dimensão relacionada às condições materiais de vida (como condições financeiras e de moradia) e a satisfação do indivíduo com as mesmas. Pois são estas condições materiais que permitem que as famílias tenham capacidade de satisfazer suas necessidades e liberdade de realizar suas escolhas conforme suas preferências (SEN, 1993). Sendo que a percepção quanto às suas condições materiais dentro de seu grupo social de referência também influencia a avaliação individual de qualidade de vida (MACDONALD; DOUTHITT, 1992; PESSOA; SILVEIRA, 2009).

Portanto, destaca-se aqui a importância do estudo devido à relação entre crescimento econômico e qualidade de vida, dada a relação de feedback entre eles: enquanto o crescimento econômico ocasiona uma melhora da qualidade de vida da população, por conta de melhorias em suas condições materiais de vida, o indivíduo, estando mais satisfeito, será mais produtivo em todas as relações sociais, o que leva ao bem-estar geral por impulsionar os vínculos econômicos e emocionais.

Por isso, este trabalho tem como objetivo testar e quantificar o grau de influência dos indicadores objetivos das condições financeiras e de moradia na percepção dos indivíduos sobre as condições de vida da sua família. A amostra será dividida de acordo com as regiões brasileiras, tanto com o propósito de considerar as diferenças que os indicadores objetivos apresentam entre as regiões, devido, principalmente, aos diferentes estágios de crescimento e desenvolvimento regional, quanto com o intuito de captar a variação da percepção quanto às suas condições materiais dentro de um grupo, no caso, regional.

Para isto, será adotada como metodologia a análise de equações estruturais, utilizando como base de dados a Pesquisa Orçamentária Familiar (POF) 2008-2009 e, assim, pretende-se contribuir para a literatura a respeito do tema testando-se a hipótese de que indicadores objetivos relacionados às condições financeiras e de moradia influenciam significativamente a avaliação da qualidade de vida da população brasileira e, conseqüentemente, o bem-estar subjetivo.

O trabalho está dividido em cinco seções, contando com esta breve introdução. A próxima seção tem o propósito de descrever o referencial teórico no qual esta pesquisa se baseia. Em um terceiro momento é apresentada a metodologia de equações estruturais e o modelo estimado, sendo seguida pela apresentação dos resultados da pesquisa e a discussão dos mesmos. Por fim, conclui-se o trabalho destacando os resultados obtidos e as políticas que podem elevar a satisfação dos brasileiros com suas condições de vida, assim como sugestões de aprimoramento desta pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Teoria do Consumidor e Bem-Estar Subjetivo

Segundo a teoria do consumidor, cada indivíduo tem suas preferências de consumo e sua restrição orçamentária, portanto, para que se sinta bem, ele deve satisfazer suas preferências dentro de sua restrição orçamentária, ou seja, ele deve maximizar sua utilidade, escolhendo os bens de acordo com suas preferências, sujeito à sua renda (DIENER; SUH, 1997).

Deste modo, seu bem-estar é medido pelo nível de utilidade que a sua renda disponível lhe permite atingir. Além disso, sabe-se que a utilidade cresce com o aumento da renda, pois um acréscimo monetário permite a aquisição de mais bens, o que leva a um aumento da utilidade do consumidor (VARIAN, 1992). Conseqüentemente, se ele não tem renda suficiente para satisfazer suas preferências ou suas necessidades, seu bem-estar é menor do que alguém que consegue atingir esse objetivo.

Segundo Headey (1991), uma fonte de bem-estar para um indivíduo, além do consumo, é o trade-off entre trabalho e lazer, onde o lazer é prazeroso e o trabalho é penoso, conseqüentemente, quanto mais lazer e menos trabalho, melhor. Sendo assim, uma representação de uma função de bem-estar em economia seria: $W = f_1(\text{lazer}, \text{bens})$.

Porém, dados os pressupostos de racionalidade, não-saciedade, convexidade e continuidade das preferências necessários para que a função de utilidade do consumidor possa ser modelada, o uso da teoria do consumidor para medir a satisfação individual tem suas limitações. Por isso, enquanto os economistas falam sobre bem-estar, utilidade e padrão de vida, os psicólogos escrevem sobre bem-estar subjetivo ou psicológico, avaliação cognitiva ou percepção da qualidade de vida, efeito positivo e negativo, e nível ou intensidade de hedonismo (HEADEY, 1991).

Segundo Diener e Suh (1997), o bem-estar subjetivo surge da discordância com a simplificação econômica, nele parte-se do pressuposto de que é possível definir o bem-estar a partir das experiências cognitivas dos indivíduos, ou seja, a partir de sentimentos positivos e da satisfação com as condições de vida por eles experimentadas. Assim, o bem-estar subjetivo permite saber como uma pessoa se sente diante do seu padrão de vida.

Sendo assim, a satisfação do indivíduo é determinada por fatores que vão além dos econômicos. Esta também é influenciada por fatores como personalidade, suporte social, cultura e eventos de vida (WOYCIEKOSKI; STENERT; HUTZ, 2012), entre outros. Dessa maneira, pode-se definir uma função de bem-estar subjetivo, de maneira simplificada, a partir da equação a seguir, onde as impressões sobre as condições de vida influenciam em seu resultado: $W = f_2(\text{personalidade}, \text{saúde}, \text{relações interpessoais}, \text{satisfação})$.

Portanto, o bem-estar subjetivo capta além de números. Nessa abordagem, o ser humano é tratado como um indivíduo com suas particularidades, diferentemente da teoria econômica que muitas vezes o trata como a representação de todos os consumidores de uma economia.

2.2. Indicadores Objetivos e Indicadores Subjetivos de Bem-Estar

Existem dois tipos de indicadores que são utilizados para mensurar a qualidade de vida de uma população, os chamados indicadores objetivos ou sociais, e os indicadores subjetivos, também conhecidos como indicadores de bem-estar subjetivo.

Os indicadores objetivos são caracterizados pelo seu quantitativismo. Eles são diretamente mensuráveis e não envolvem percepções subjetivas do ambiente pelos indivíduos. Deste modo, geralmente existe um consenso em relação à forma de medida e de análise

desse indicadores. Dentro deste conjunto, estão os indicadores econômicos, que aqui têm como seu principal representante a renda e parâmetros sociais que refletem as condições de vida de uma dada população em diversos aspectos. Essas medidas sociais podem ser caracterizadas em várias esferas, como, por exemplo, a mortalidade infantil e a longevidade no campo da saúde, a taxa de homicídio e de estupro na área da segurança, dentre outros âmbitos, como o da ecologia, direitos humanos e educação (DIENER; SUH, 1997).

Por outro lado, os indicadores subjetivos, cuja raiz está na tradição utilitarista de Jeremy Bentham, captam a avaliação do indivíduo sobre a qualidade de sua vida através de suas expectativas, valores, emoções e experiências prévias, mostrando assim o aspecto multidimensional e subjetivo do bem-estar. Desse modo, os critérios de medida do bem-estar subjetivo são divididos em duas vertentes, sendo uma delas a avaliação cognitiva da qualidade de vida pelo indivíduo, que capta o quão satisfeito a pessoa está com sua vida, e a outra referente aos aspectos emocionais do indivíduo, os quais apresentam efeitos positivos e negativos. Assim, os efeitos positivos se referem a sentimentos como otimismo, felicidade e afeto positivo, e os aspectos negativos concernem à ansiedade, depressão, stress, dentre outros sentimentos negativos. (ALBUQUERQUE; MARTINS; NEVES, 2008; WOYCIEKOSKI; STENERT; HUTZ, 2012; HEADEY, 1991).

Em complemento, pessoas felizes transparecem sua condição segundo suas ações, sendo mais positivas, cumprindo melhor suas obrigações e sorrindo mais. Portanto, apesar dos relatos pessoais de bem-estar subjetivo estarem sujeitos a viés, eles podem ser complementados com esses aspectos diretamente observáveis por quem os está investigando. Assim, nota-se que os indicadores subjetivos não são totalmente abstratos e os indicadores objetivos podem apresentar elementos não tão palpáveis (DIENER; SUH, 1997).

2.3 A Relação entre as Condições Materiais de Vida e o Bem-Estar Subjetivo

Muito se pesquisa sobre os determinantes do bem-estar subjetivo, mas não há um consenso, pois este é um tema amplo, complexo e multidimensional. Nesta seção são apresentados vários artigos que contribuem para o tema em voga: a influência das condições financeiras e do consumo sobre o bem-estar subjetivo.

MacDonald & Douthitt (1992), ao utilizarem o estudo de necessidades básicas de Wisconsin, chegaram à conclusão de que a renda corrente é positivamente relacionada com a avaliação da qualidade de vida, ou seja, ao incluírem índices econômicos em modelos que envolvem a satisfação com a vida, o aumento dos recursos indicou maiores níveis de satisfação.

Ainda mais, se um indivíduo pode consumir mais ou o mesmo nível das pessoas que o cercam, ele obtém mais satisfação do que aquelas que não são capazes de fazer isso (MACDONALD; DOUTHITT, 1992). Ou seja, a percepção quanto à sua renda relativa dentro de seu grupo social de referência, também influencia a satisfação individual e pode ser estendido a aspectos de condições materiais de vida (PESSOA; SILVEIRA, 2009).

Kahneman & Deaton (2010), ao realizarem pesquisa semelhante mais de dez anos depois, dispondo do índice de bem-estar Gallup-Healthways, também chegaram ao resultado de que uma renda maior contribui para uma melhor avaliação da qualidade de vida, mesmo daqueles mais abastados, embora não afete o aspecto emocional. Por outro lado, a falta de dinheiro pode influenciar ambos os aspectos do bem-estar subjetivo. Portanto, embora o dinheiro não traga felicidade, uma renda maior faz com que o indivíduo se sinta mais satisfeito com relação à sua qualidade de vida.

No entanto, segundo Diener, Ng & Tov (2008) e Frey & Stutzer (2002 apud Diener & Ryan, 2009), enquanto um aumento de renda traz um maior bem-estar para aqueles com

condições precárias ou que moram em países subdesenvolvidos, quanto maior a renda, menor a relação desta com a satisfação do indivíduo, ou seja, existe um declínio da utilidade marginal.

Ademais, Martins et al (2007) e Mastropietro et al (2010) mostraram que até mesmo as pessoas mais fragilizadas, como idosos e indivíduos que possuem problemas de saúde, respectivamente, também avaliam melhor sua vida de acordo com uma renda maior. No primeiro caso, o dinheiro possibilita o acesso a serviços de melhor qualidade, lazer, boa alimentação e segurança financeira, o que implica em uma melhor qualidade de vida objetiva e, conseqüentemente, a uma melhor avaliação subjetiva também. No segundo caso, pacientes com renda maior apresentaram mais satisfação com seu cotidiano e emoções positivas associadas a ele. Ou seja, no caso de pessoas mais fragilizadas, não apenas a avaliação sofre um efeito positivo por conta de uma renda maior, mas também o bem-estar emocional.

Em adição, em sua pesquisa com indivíduos de baixa renda do estado de Paraíba, Albuquerque, Martins e Neves (2008) chegaram à conclusão de que a maior fonte de estresse é a situação econômica, seguida pelas questões familiares e conjugais.

Em suma, todos esses estudos corroboram para a validação da hipótese do presente trabalho, de que boas condições materiais (financeiras e de moradia) fazem com que as pessoas avaliem melhor suas condições de vida, o que reflete positivamente em seu bem-estar subjetivo.

3. METODOLOGIA

3.1. Fonte de dados e descrição das variáveis

A Pesquisa Orçamentária Familiar (POF) realiza um extenso questionário com as famílias brasileiras, o qual inclui questões a respeito da avaliação das condições de vida da família, de modo que cada chefe de família (a pessoa considerada de referência pelo questionário) avalia a sua satisfação com a renda, com a alimentação e com a moradia de sua família. Nesta mesma pesquisa também é possível obter respostas objetivas relacionadas às finanças da família e às condições de moradia.

No Quadro 1 estão dispostas e descritas as variáveis utilizadas como indicadores objetivos e subjetivos da qualidade de vida e as respectivas variáveis latentes que com elas foram construídas.

Quadro 1 - Descrição das variáveis utilizadas no modelo

Variável Latente	Variável Observada
“Finanças”	<ul style="list-style-type: none"> - ln_renda: Logaritmo da renda total da unidade de consumo. - ac_credito: Algum morador da unidade de consumo tem cartão de crédito? (0=não tem ou não sabe; 1=sim). - plano: O morador de referência tem plano ou seguro-saúde? (0=não tem ou não sabe; 1=sim). - ln_nao_dur: Valor médio mensal despendido pela unidade de consumo em aquisição de alimentos, vestuários e transporte. - auto: Há a presença de pelo menos um automóvel na unidade de consumo? (0=não; 1=sim).
“Moradia”	<ul style="list-style-type: none"> - escoadouro: De que forma é feito o escoadouro deste(s) banheiro(s) ou

	<p>sanitário(s)? (1=fossa rudimentar, vala, direto para o rio, lago ou mar, outra forma, não tem; 2=fossa séptica; 3=rede coletora de esgoto ou pluvial).</p> <p>- abst_agua: A água utilizada neste domicílio é proveniente de: (1=outra proveniência; 2=poço ou nascente; 3=rede geral de distribuição).</p> <p>- lixo: O lixo deste domicílio é: (1=jogado em terreno baldio ou logradouro, jogado em rio, lago ou mar, outro destino; 2=queimado ou enterrado na propriedade; 3=coletado diretamente e coletado indiretamente).</p> <p>- prov_servicos: Quantidade de serviços que foram providos para os domicílios, ou seja, são considerados como serviços providos os serviços de água, coleta de lixo, iluminação de rua, drenagem/escoamento da água da chuva e fornecimento de energia elétrica que as famílias classificaram como ruins ou bons. Portanto, este indicador assume valores de 0 a 5.</p>
<p>“Avaliação”</p>	<p>- suf_renda: Na sua opinião a renda total de sua família permite que você(s) leve(m) a vida até o fim do mês com: (1=muita dificuldade; 2=dificuldade; 3=alguma dificuldade; 4=alguma facilidade; 5=facilidade; 6=muita facilidade).</p> <p>- qtd_alimento: Das afirmativas a seguir, qual aquela que melhor descreve a quantidade de alimento consumido por sua família? (1=normalmente não é suficiente; 2=às vezes não é suficiente; 3=é sempre suficiente).</p> <p>- qld_alimento: Das afirmativas a seguir, qual aquela que melhor descreve o tipo de alimento consumido por sua família? (1=raramente do tipo que quer; 2=nem sempre do tipo que quer; 3=sempre do tipo que quer).</p> <p>- cond_moradia: Na sua opinião, as condições de moradia de sua família são: (1=ruins; 2=satisfatórias; 3=boas).</p>

Apenas as respostas da pessoa de referência da unidade de consumo (chefe de família) foram consideradas. Foram excluídos da amostra os indivíduos que apresentaram respostas inconsistentes, de modo que relataram algum grau de dificuldade em sobreviver com a renda total domiciliar até o fim do mês, mas quando questionados a respeito do valor mínimo de renda mensal familiar necessário para chegar até o final do mês responderam um valor menor que o valor atual da renda familiar. Além disso, foram excluídos os moradores que não responderam a questão em relação à avaliação da quantidade de alimentos consumida por sua família. Por fim, a amostra contou com 38.809 observações.

3.2. Análise de equações estruturais e o modelo estimado

A análise de equações estruturais é usada com a finalidade de analisar dados e testar a validade teórica de modelos que definem relações causais, a partir da combinação das técnicas clássicas de Análise Fatorial e de Regressão Linear (MARÔCO, 2010; KLINE, 2011). A Análise Fatorial Confirmatória, dentro da análise de equações estruturais, define um modelo de medida (*measurement model*) que operacionaliza variáveis latentes baseando-se em variáveis observadas, e no modelo estrutural (*structural model*) a técnica de Regressão Múltipla é utilizada para análise das relações entre as variáveis latentes (CORRÊA; LIMA; CAMPOS, 2015).

As vantagens da aplicação deste método, em detrimento dos métodos clássicos, é a possibilidade de inclusão de erros de mensuração nas variáveis independentes, o que elimina os erros de medida das variáveis quando está se realizando a estimação e, conseqüentemente,

não há inflação nos erros-padrões, não há acréscimo de erros tipo II e menor é a probabilidade de conclusões errôneas sobre a significância dos parâmetros (MARÔCO, 2010).

A estimação de um modelo de equações estruturais é feita a partir das matrizes de covariâncias (ou de correlações) das variáveis observadas e, portanto, o objetivo consiste na estimação dos parâmetros do modelo que reproduzam o melhor possível os dados observados na amostra em análise, de modo que se busca minimizar a função de discrepância da matriz de covariância observada da amostra e da matriz de covariâncias gerada pelo modelo teórico estimado (MARÔCO, 2010). A função de discrepância depende do método de estimação utilizado, sendo que o presente trabalho utilizou o método de máxima verossimilhança.

Partindo desta função de discrepância, é possível testar se o modelo teórico é consistente com os dados observados a partir de estatísticas de ajustamento como χ^2 e χ^2/gf ; pelas estatísticas dos índices de qualidade relativos: CFI (*Comparative Fit Index*) e TLI (*Tucker-Lewis Index*); e pela estatística do índice de qualidade absoluto: RMSEA (*Root Mean Squared Error of Approximation*).

Sendo assim, dado o objetivo deste trabalho, acredita-se que a análise de equações estruturais seja o método mais adequado para se tratar da avaliação do indivíduo quanto as suas condições de vida e os seus determinantes, tanto devido a frequente construção de indicadores de bem-estar e qualidade de vida utilizando a análise fatorial (alguns exemplos podem ser obtidos em Diener e Suh (1997) e em Woyciekoski, Stenert e Hutz (2012)), quanto devido o caráter multidimensional dos indicadores subjetivos, já relatado anteriormente. Assim, será possível avaliar os impactos de variáveis objetivas sobre a percepção individual das condições de vida, conforme o modelo apresentado na Figura 1.

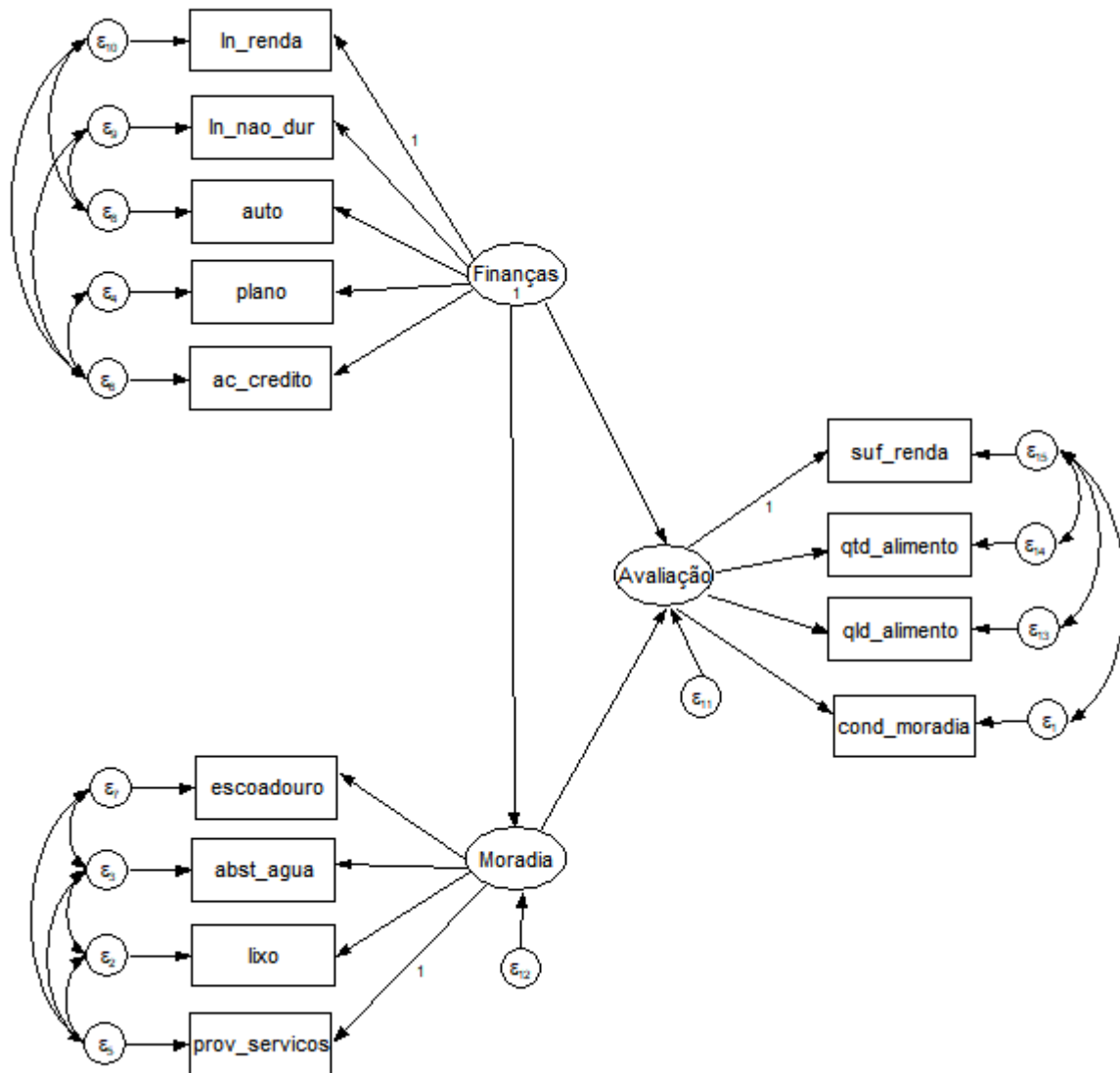


Figura 1 - Diagrama de Caminho do Modelo Estrutural proposto.
Fonte: Elaboração própria.

De acordo com o objetivo e as referências teóricas desta pesquisa, a Figura 1 apresenta o diagrama de caminho do modelo teórico proposto, em que os fatores “Finanças” (representando as condições financeiras da família) e “Moradia” (relacionada às condições de moradia da família) representam os indicadores objetivos de condições de vida, e pressupõe-se que tais dimensões exercem influência sobre o indicador subjetivo de condição de vida, representado pelo fator “Avaliação”.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Diferenças regionais dos indicadores objetivos e subjetivos de condição de vida

Inicialmente, pretende-se descrever e analisar as frequências das categorias que cada uma das variáveis assumiu. Esta análise é importante, pois, ao evidenciar as diferenças regionais, os resultados obtidos pelo modelo de equações estruturais serão justificados.

A Tabela 1 apresenta as variáveis que são tratadas como indicadores objetivos de condição de moradia e as frequências de cada categoria. Nota-se que, nas regiões Sudeste, Sul

e Centro-Oeste a população tem mais acesso ao serviço de coleta de lixo. Nas regiões Norte e Nordeste, apesar de grande parte da população ter acesso a esse tipo de serviço, o percentual se encontra abaixo daquele para o Brasil como um todo.

Com relação ao sistema sanitário, o cenário é bem diferente (Tabela 1). Com exceção da região Sudeste que apresenta o percentual mais elevado de acesso a redes de escoamento mais modernas, todas as outras regiões apresentam um percentual abaixo daquele para o Brasil como um todo, sendo este ainda baixo. De modo que, nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul grande parte dos domicílios utilizam o sistema de fossa rudimentar ou séptica.

A respeito do abastecimento de água, a perspectiva é um pouco melhor, visto que, com exceção da região Norte, todas as demais regiões apresentam o percentual de acesso a redes de abastecimento acima do total para o Brasil, como pode ser observado na Tabela 1. No que se refere aos serviços prestados aos domicílios, apesar das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste terem seu percentual abaixo do brasileiro, o percentual de quantidade de serviços prestados ainda foi relativamente alto para todas as regiões.

Com base na Tabela 2, a qual apresenta as frequências das categorias dos indicadores de condições financeiras, percebe-se que as regiões que excedem a porcentagem brasileira na posse de automóveis são Sudeste e Centro-Oeste, com destaque para a região Sul, detentora da maior frequência. Já nas regiões Norte e Nordeste, a posse de veículos pelos moradores dos domicílios é pouco comum.

No tocante a possuir um plano de saúde, o padrão se repete, com as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste acima da frequência brasileira, sendo as regiões Norte e Nordeste aquelas que apresentam a menor frequência de domicílios com planos de saúde (Tabela 2). Além disto, estas duas regiões são as que possuem a menor cobertura de planos de saúde e uma maior dificuldade de acesso aos serviços de saúde (ANDRADE, et al. 2011). No Brasil, em geral, nota-se que a parcela da população sem plano de saúde é alta.

Acerca do acesso a crédito, todas as regiões apresentam frequências sobre o mesmo patamar, sendo estas acima ou muito próximas da frequência brasileira, com exceção da região Norte, a qual apresenta uma porcentagem um pouco menor do que as outras localidades e bem abaixo do nível brasileiro (Tabela 2).

Em relação às rendas médias e aos valores médios gastos com bens não duráveis (alimentos, vestuário e transporte) de cada região, observa-se a discrepância entre elas, sendo que Sul, Sudeste e Centro-Oeste são as regiões com maior renda média, enquanto as regiões Norte e Nordeste apresentaram as menores médias. No entanto, percebe-se que as famílias das regiões de menor renda destinam grande parte de sua renda ao consumo de bens não duráveis.

Na Tabela 3 são apresentados os indicadores subjetivos de avaliação de condições de vida. Assim, ao se observar a Tabela 3, nota-se que os percentuais da população, que dizem que suas condições de vida são boas, nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste estão acima do Brasil como um todo, e do Norte e Nordeste, abaixo. Em vista disso, é possível observar uma correlação entre os indicadores objetivos de condição de moradia com o indicador subjetivo da mesma.

Observa-se também que, em todas as regiões há um certo contentamento com a quantidade de alimento consumida, sendo esta frequência representada em todos os casos por mais de 50%. Mas, os moradores dos domicílios das regiões Norte e Nordeste são os que mais se queixam de que '*às vezes o alimento não é suficiente*'.

Com relação à qualidade do alimento, as parcelas da população que '*adquirem sempre o alimento que querem*', é maior do que a brasileira para as regiões de maior renda familiar (Sul, Sudeste e Centro-Oeste). Por outro lado, foram nas regiões de menor renda familiar



(Norte e Nordeste) que apresentaram as maiores frequências de '*nem sempre ter à mesa o alimento que se quer*' (Tabela 3).

Por fim, sobre a avaliação do chefe da família sobre a suficiência da renda em um mês, a região Sul tem seu maior percentual associado à '*alguma facilidade*', enquanto todas as outras regiões tiveram seu maior percentual vinculado à '*alguma dificuldade*'. Mais uma vez, as regiões de menor renda familiar média (Norte e Nordeste) encontram maior dificuldade em se sustentar por um mês, quando, por sua vez, a região Sul tem os maiores percentuais associados à facilidade de conviver com a renda mensal (Tabela 3).

Tabela 1- Frequência (em %) das categorias dos indicadores objetivos de condições de moradia.

Regiões	lixo			escoadouro			abst_agua			Prov_servicos					
	1	2	3	1	2	3	1	2	3	0	1	2	3	4	5
Norte	3,68	23,19	73,13	54,7	34,25	11,04	3,96	38,42	57,62	6,92	6,78	7,32	7,72	16,83	54,42
Nordeste	6,66	15,63	77,7	47,13	27,05	25,82	6,27	15,58	78,16	0,74	3,68	5,69	6,67	12,5	70,71
Centro-Oeste	1,29	15,83	82,88	47,9	16,35	35,75	0,54	24,38	75,08	1,00	6,85	5,81	5,49	12,42	68,43
Sudeste	0,82	9,14	90,04	21,47	7,68	70,86	0,50	15,44	84,06	0,09	2,72	3,64	4,85	7,18	81,53
Sul	0,98	10,09	88,93	26,76	37,98	35,25	0,26	17,45	82,3	0,09	1,68	3,69	6,46	8,04	80,04
Brasil	3,34	14,32	82,34	39,25	22,85	37,9	2,96	19,96	77,07	1,33	4,05	5,16	6,15	11,19	72,16

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados da POF 2008/2009.

Tabela 2 - Frequência (em %) das categorias dos indicadores objetivos de condições financeiras.

Regiões	auto		plano		ac_credito		renda total	nao_duráveis
	0	1	0	1	0	1	valor médio (em R\$)	
Norte	83,85	16,15	85,11	14,89	66,47	33,53	1934,79	1241,63
Nordeste	82,73	17,27	86,66	13,34	59,85	40,15	1529,87	1093,91
Centro-Oeste	59,82	40,18	76,64	23,36	59,68	40,32	2469,58	1446,68
Sudeste	60,71	39,29	69,47	30,53	52,60	47,40	2538,57	1542,84
Sul	42,63	57,37	67,35	32,65	55,66	44,34	2833,71	1820,14
Brasil	69,17	30,83	78,34	21,66	58,33	41,67	2129,55	1364,83

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados da POF 2008/2009.



I Congress Latin American and Caribbean Regional Science Association International
XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos

de 11 a 13 de outubro de 2017 - FEA/USP - São Paulo, SP - Brasil

Tabela 3 - Frequência (em %) das categorias dos indicadores subjetivos de avaliação condições financeiras.

Regiões	suf_renda						qtd_alimento			qld_alimento			cond_moradia		
	1	2	3	4	5	6	1	2	3	1	2	3	1	2	3
Norte	18,51	19,21	29,05	20,33	11,42	1,48	11,42	36,87	51,70	13,59	54,56	31,85	13,47	42,24	44,30
Nordeste	23,85	23,51	26,46	15,55	9,56	1,08	13,43	35,31	51,26	15,44	55,21	29,36	12,51	44,07	43,41
Centro-Oeste	13,88	18,05	28,85	22,97	14,90	1,36	6,58	21,03	72,39	7,69	47,19	45,11	7,39	39,78	52,83
Sudeste	14,61	17,71	30,39	21,71	14,02	1,55	7,83	20,40	71,77	10,91	47,04	42,05	8,62	37,89	53,49
Sul	9,00	13,48	27,55	29,28	18,94	1,75	4,93	15,27	79,80	6,97	44,79	48,24	5,03	30,22	64,75
Brasil	17,60	19,50	28,26	20,44	12,83	1,37	9,74	27,27	62,99	11,92	50,65	37,43	10,01	39,98	50,00

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados da POF 2008/2009.

4.2. Resultados do modelo de equações estruturais

Antes de se proceder com a estimação, é necessário verificar a confiabilidade das variáveis latentes. No presente trabalho, esta verificação foi realizada a partir do Coeficiente alfa de Cronbach, o qual fornece a proporção da variação da variável latente que é comum entre os itens que a compõem, sendo satisfatórios coeficientes que apresente alfa igual ou superior a 0,7 (CODES, 2005).

Como pode ser observada na Tabela 4, as variáveis observadas utilizadas para compor cada variável latente são adequadas quando o modelo é estimado para o Brasil como um todo, mas há diferenças entre os coeficientes de cada região. Nas regiões Centro-Oeste e Sul as variáveis que compõem os constructos “Moradia” e “Avaliação” não atingem coeficientes satisfatórios, sendo que na região Sudeste a variável latente “Avaliação” e na região Norte a variável latente “Moradia” também não apresentam níveis satisfatórios.

Tabela 4 - Coeficientes do alfa de Cronbach das variáveis latentes

Regiões	Finanças	Moradia	Avaliação
Norte	0,7546	0,6991	0,7028
Nordeste	0,7505	0,7237	0,7015
Centro-Oeste	0,7629	0,6956	0,6662
Sudeste	0,7600	0,7696	0,6869
Sul	0,7343	0,6788	0,6462
Brasil	0,7643	0,7309	0,7013

Fonte: Elaboração própria.

Os critérios de qualidade de ajustamento do modelo têm como objetivo avaliar o quanto um modelo é capaz de reproduzir a estrutura correlacional das variáveis observadas na amostra estudada (MARÔCO, 2010). Tanto no modelo estimado para o Brasil quanto para o modelo estimado por regiões, os testes de χ^2 rejeitam-se a hipótese nula de que a matriz de covariância populacional seja igual à matriz de covariância estimada pelo modelo; e os testes de χ^2/gl indicam um mau ajustamento do modelo (Tabela 5).

Tabela 5 - Índices de ajustamento do modelo proposto

Índices de qualidade de ajustamento do modelo	Modelo para o Brasil		Modelo Regional	
	Estatística	Avaliação	Estatística	Avaliação
χ^2	2.860,325		14.498,41	
χ^2/gl	57,21	Ajustamento ruim	42,89	Ajustamento ruim
RMSEA	0,038	Ajustamento muito bom	0,073	Ajustamento bom
CFI	0,982	Ajustamento muito bom	0,909	Ajustamento bom
TLI	0,973	Ajustamento muito bom	0,895	Ajustamento ruim

Fonte: elaboração própria.

Quanto aos demais índices de qualidade de ajustamento, todos indicam que o modelo estimado para o Brasil apresenta um ajustamento muito bom. Porém, para o modelo regional, enquanto a estatística dos índices RMSEA e CFI indicam um bom ajustamento, o índice TLI indica um ajustamento ruim.

Os coeficientes de efeitos diretos padronizados, ou cargas fatoriais, apresentam a relação da variável observada com a respectiva variável latente ou entre as variáveis latentes propostas pelo modelo e são apresentadas na Tabela 6. Com exceção dos coeficientes da relação entre as variáveis latentes “Moradia” e “Avaliação”, que não são significativos a 10% quando estimados para o Brasil ou para a região Sudeste, os demais coeficientes apresentaram significância estatística.

Tabela 6 - Coeficientes de efeitos diretos padronizado.

	Brasil	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
ln_renda ← Finanças	0,963*	0,962*	0,962*	0,962*	0,962*	0,962*
ln_nao_dur ← Finanças	0,694*	0,730*	0,681*	0,664*	0,698*	0,685*
auto ← Finanças	0,611*	0,707*	0,699*	0,577*	0,576*	0,536*
plano ← Finanças	0,536*	0,566*	0,594*	0,498*	0,472*	0,453*
ac_credito ← Finanças	0,567*	0,551*	0,531*	0,538*	0,525*	0,501*
escoadouro ← Moradia	0,717*	0,836*	0,776*	0,663*	0,656*	0,567*
abst_agua ← Moradia	0,429*	0,388*	0,386*	0,449*	0,507*	0,370*
lixo ← Moradia	0,550*	0,526*	0,465*	0,584*	0,713*	0,500*
prov_servicos ← Moradia	0,535*	0,611*	0,611*	0,611*	0,611*	0,611*
suf_renda ← Avaliação	0,889*	0,861*	0,861*	0,861*	0,861*	0,861*
qtd_alimento ← Avaliação	0,681*	0,706*	0,679*	0,686*	0,676*	0,667*
qld_alimento ← Avaliação	0,716*	0,753*	0,742*	0,686*	0,681*	0,633*
cond_moradia ← Avaliação	0,515*	0,520*	0,523*	0,507*	0,514*	0,488*
Moradia ← Finanças	0,463*	0,618*	0,502*	0,366*	0,204*	0,277*
Avaliação ← Finanças	0,618*	0,566*	0,616*	0,611*	0,626*	0,624*
Avaliação ← Moradia	0,006	0,081*	0,048*	-0,095*	-0,019	-0,079*

Legenda: * significativo a 1%; ** significativo a 5%; *** significativo a 10%.

Fonte: Elaboração própria.

Em relação aos indicadores objetivos de condições financeiras, o que se diferencia entre as regiões é a importância de se ter um plano de saúde ou acesso a crédito, sendo que, somente para os modelos estimados para as regiões Norte e Nordeste a presença de um plano de saúde tem maior efeito sobre as condições financeiras do que se ter acesso a crédito. Como já explicitado no item anterior, estas são as regiões em que as frequências de moradores com plano de saúde são as menores do país. Sendo assim, aqueles que possuem um plano ou seguro de saúde irão avaliar melhor as suas condições financeiras ao se compararem com os demais moradores das regiões.

Em relação às variáveis que foram incluídas no modelo com o objetivo de representar indicadores objetivos de condição de moradia, de modo a comporem o constructo “Moradia”, não existe um padrão entre os impactos regionais de cada variável. Observa-se que, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o efeito da variável escoadouro sobre a variável latente “Moradia” é o maior, o que pode ser explicado pelo fato de que, segundo os dados da POF 2008/2009, estas regiões apresentam a menor quantidade de domicílios com rede coletora de esgoto ou pluvial se comparada às demais regiões. Por outro lado, todas as variáveis observadas deste constructo da região Sudeste, que representam os indicadores objetivos de condições de moradia, apresentaram as melhores condições do país.

Quanto aos efeitos dos indicadores subjetivos de avaliação individual de condições de vida (“Avaliação”), tanto para o modelo estimado para o Brasil quanto para os modelos regionais, a variável de maior impacto foi a avaliação quanto a suficiência de renda, o que já era esperado devido a imposição de uma restrição sobre este parâmetro. A avaliação do chefe de família em relação às condições de moradia apresentou menor impacto sobre a “Avaliação”. No modelo para o Brasil e para as regiões Norte e Nordeste, a qualidade da alimentação apresentou maior efeito sobre a Avaliação do que a quantidade da alimentação, enquanto para a região Sul o resultado encontrado foi o contrário. Já para as regiões Centro-Oeste e Sudeste, estas duas variáveis apresentaram efeitos similares.

Os resultados dos coeficientes dos modelos de medida apresentam implicações nos resultados do modelo estrutural. As condições financeiras da família apresentam impactos sobre as condições de moradia e sobre a avaliação das condições de vida, conforme estabelecido no modelo estimado (Figura 1), sendo que o efeito das condições financeiras sobre as condições de moradia igual ou menor do que o efeito desta variável sobre a avaliação individual das condições de vida, como pode ser observado na Tabela 6.

Sendo assim, as condições financeiras das famílias constituem o fator de maior importância na avaliação das suas condições de vida, ou seja, os resultados corroboraram a hipótese de que as condições materiais e, principalmente, as variáveis renda e consumo, impactam positivamente na avaliação das condições de vida da família. Isto indica que os brasileiros avaliam suas condições de vida majoritariamente de acordo com a abordagem de satisfação das preferências, estando à avaliação das suas condições de vida diretamente associada aos padrões de consumo, de modo que a avaliação subjetiva das condições de vida da população será reflexo das condições econômicas do país.

Este resultado pode ser explicado pela desigualdade social do país, dado que em sociedades desiguais o *status* é definido pelo consumo (DRUCKMAN; JACKSON, 2010) e, portanto, há um forte desejo de causar impressão (VEBLEN, 1899 apud PESSOA; SILVEIRA, 2009) e de afirmar status (HIRSCH, 1976 apud PESSOA; SILVEIRA, 2009).

Outra desigualdade que os resultados destacam é a desigualdade regional das condições de moradia, conforme pode ser observado na Tabela 1 e reafirmado pelos resultados do modelo estimado para regiões (Tabela 6). Tais desigualdades regionais tem implicações sobre os efeitos das condições de moradia sobre a avaliação das condições de vida realizadas pelos indivíduos de cada região, de modo que os coeficientes regionais apresentaram resultados divergentes.

No caso da região Norte e Nordeste, os resultados sugerem que o efeito das condições financeiras sobre as condições de moradia são maiores do que em outras regiões. Além do mais, nestas regiões, o impacto das condições de moradia sobre a avaliação subjetiva e individual de condições de vida é positivo e estatisticamente significativo. Como já relatado anteriormente, estas são as regiões que as variáveis observadas permitem afirmar que as condições de moradia são as piores do país. Por este motivo, melhorias nas condições financeiras e, ou, de moradia das famílias terá impacto sobre a avaliação das condições de vida, não somente porque se espera que haja uma relação entre os indicadores objetivos e subjetivos, mas também porque o indivíduo com melhores condições de moradia, ao se comparar com outros de sua região, estará mais satisfeito e avaliará melhor as condições de vida de sua família.

Por outro lado, os coeficientes padronizados apontam que o impacto das condições de moradia sobre a avaliação das condições de vida do modelo estimado para o Brasil e para a região Sudeste não são significativos a 5%.

Já as regiões Centro-Oeste e Sul apresentaram efeitos com sentido contrário das demais regiões. Este resultado e o fato dos indicadores objetivos selecionados não serem suficientes para explicar todos os aspectos que determinam a avaliação subjetiva feita pelos brasileiros em relação às suas condições de vida, visto que, em média, apenas 39% da variabilidade dos dados regionais é explicada, indica que apenas os indicadores objetivos de condições financeiras e de moradia tanto não são suficientes para explicar a avaliação individual das condições de vida, quanto também podem apresentar resultados que divergem do esperado, como é o caso do efeito negativo da variável “Moradia” sobre a variável “Avaliação”.

Portanto, os indicadores objetivos e subjetivos de condições de vida não podem ser considerados sinônimos, de modo que os indicadores objetivos não devem ser utilizados individualmente para a análise da qualidade de vida da população, devendo esta análise ser realizada usando também os indicadores subjetivos de condições de vida (PESSOA; SILVEIRA, 2009).

Este descolamento entre os indicadores objetivos e subjetivos já é algo esperado pela literatura (DIENER; SUH, 1997; PESSOA, SILVEIRA, 2009), visto que características culturais e psicossociais, tais como personalidade e eventos de vida, diferenças de expectativas e de percepção de renda relativa, também contribuem para a satisfação dos indivíduos quanto às suas condições de vida (PESSOA; SILVEIRA, 2009; WOYCIEKOSKI; STENERT; HUTZ, 2012).

Outra razão são os erros de medidas que acometem os indicadores objetivos de condições de vida, o qual neste presente trabalho pode ser exemplificado pela subdeclaração dos valores de renda e de gastos familiar quando questionários são realizados.

5. CONCLUSÃO

Este artigo teve como objetivo, a partir de análise de modelos de equação estrutural, avaliar como os indicadores objetivos das condições financeiras e de moradia influenciam na avaliação dos indivíduos de cada região sobre as condições de vida da sua família, utilizando os dados da POF 2008/2009. Como resultado, obteve-se que, maior parte da avaliação subjetiva das condições de vida está de acordo com a abordagem de satisfação das preferências, descrita na teoria do consumidor, já que as condições materiais exercem influência significativa sobre a satisfação com as condições de vida. Porém, apenas para as regiões Norte e Nordeste, as condições de moradia exercem efeito positivo e significativo sobre a avaliação das condições de vida.

Deste modo, como sugestões de políticas que poderiam ser aplicadas pelo governo brasileiro para melhorar a avaliação subjetiva da população em relação às suas condições de vida, têm-se os programas de transferência e distribuição de renda, como o já implementado ‘Bolsa Família’, políticas de concessão de crédito para aumentar o consumo, e gastos do governo destinados à geração de empregos. Além disto, mais especificamente nas regiões Norte e Nordeste, também devem ser aplicados programas que visem à melhoria das condições de moradia.

O efeito considerável das condições financeiras sobre a avaliação das condições de vida ressalta que, a satisfação e, conseqüentemente, o bem-estar está atrelado ao desempenho econômico regional. Por isso, há a possibilidade de se reestimar o modelo proposto por este trabalho utilizando dados que compreendem o período de crise política e econômica, atualmente enfrentada pelos brasileiros, de modo a comparar se em períodos de maior instabilidade às condições financeiras tem maior efeito sobre a avaliação das condições de vida e, assim, sobre o bem-estar dos brasileiros, do que em períodos considerados estáveis.

Porém, nem toda avaliação subjetiva das condições de vida é explicada somente pelos indicadores objetivos de condições financeiras e de moradia das famílias, o que ressalta o caráter multidimensional da avaliação da qualidade de vida que também depende de fatores psicológicos e sociais. Deste modo, a inclusão de variáveis que reflitam outras dimensões da qualidade de vida, como variáveis sócio-demográficas, podem melhorar os resultados do modelo. Além disto, sugere-se um modelo em que o bem-estar subjetivo seja analisado a partir de uma variável latente de segundo grau.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, F. J. B. de; MARTINS, C. R.; NEVES, M. T. de S. Bem-estar subjetivo emocional e *coping* em adultos de baixa renda de ambientes urbano e rural. **Estudos de Psicologia**, v. 25, n. 4, p. 509-516, 2008.

ANDRADE, M. V.; NORONHA, K. V. M. S.; MENEZES, R. M.; SOUZA, M. N.; REIS, C. B.; MARTINS, D. R. Equidade na utilização dos serviços de saúde no Brasil: um estudo comparativo entre as regiões brasileiras no período 1998-2008. **Texto para discussão**, Cedeplar-UFG, 2011. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20445.pdf>>. Acesso em: 20/06/2017.

CODES, A. L. M. **Modelagem de equações estruturais**: uma contribuição metodológica para o estudo da pobreza. 2005. 207f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

CORRÊA, L. F. C.; LIMA, J. P. R.; CAMPOS, L. H. R. Uma análise da pobreza multidimensional do Nordeste metropolitano com uso de modelo de equações estruturais. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 32, n. 2, p. 313-333, 2015.

DIENER, E.; NG, W.; TOV, W. Balance in life and declining marginal utility of diverse resources. **Applied Research in Quality of Life**, v. 3, p. 277-291, 2009.

DIENER, E.; RYAN, K. Subjective well-being: a general overview. **South African Journal of Psychology**, v. 39, n. 4, p. 391-406, 2009.

DIENER, E.; SUH, E. Measuring Quality of life: Economic, Social, and Subjective Indicators. **Social Indicators Research**, v. 40, p. 189-216, Kluwer Academic Publishers, Holanda, 1997.

DRUCKMAN A.; JACKSON T. The carbon foot print of UK households 1990-2004: A socio-economically disaggregated, quasi-multi-regional input-output model. **Ecological Economics**, v. 68, n. 7, p. 2066-2077, 2009.

GRAHAM, C. **Can Happiness Research Contribute to Development Economics?** 2004. Disponível em: <<http://www.cgdev.org/doc/event%20docs/MADS/Graham.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

HEADEY, B. An Economic Model of Subjective Well-being: Integrating Economic and Psychological Theories. **Social Indicators Research**, v. 28, p. 97-116. Kluwer Academic Publishers, Holanda, 1993.

IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008/2009**. IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009/microdados.shtm>.

KAHNEMAN, D.; DEATON, A. High income improves evaluation of life but not emotional well-being. **Proceedings of National Academy of Sciences**, v. 107, n. 38, p. 16489-16493, Centro de saúde e bem-estar, Universidade de Princeton, Princeton, 2010.

KLINE, R. B. **Principles and Practice of Structural Equation Modeling**. 3 ed. New York: The Guilford Press, 2011.

MACDONALD, M.; DOUTHITT, R. A. Consumption Theories and Consumers' Assessments of Subjective Well-being. **The Journal of Consumer Affairs**, v. 26, n. 2, p. 243-261, The American Council on Consumer Interests, 1992.

MARÔCO, J. **Análise de equações estruturais: fundamentos teóricos, software e aplicações**. Pero Pinheiro: Report Number, 2010. 400p.

MARTINS, C. R.; ALBUQUERQUE, F. J. B.; GOUVEIA, C. N. N. A.; RODRIGUES, C. F. F.; NEVES, M. T. S. Avaliação da qualidade de vida subjetiva dos idosos: uma comparação entre os residentes em cidades rurais e urbanas. **Estudos interdisciplinares sobre o envelhecimento**, v. 11, p. 135-154, 2007.

MASTROPIETRO, A. P.; OLIVEIRA-CARDOSO, E. A.; SIMÕES, B. P.; VOLTARELLI, J. C.; SANTOS, M. A. Relação entre renda, trabalho e qualidade de vida de pacientes submetidos ao transplante de medula óssea. **Revista Brasileira de Hematologia e Hemoterapia**, v. 32, n. 2, p. 102-107, 2010.

PESSOA, M. de S.; SILVEIRA, M. A. C. Indicadores objetivos e subjetivos de qualidade de vida das famílias brasileiras segundo a POF 2002-2003: Um estudo sobre seus determinantes demográficos, sociais e econômicos. **Texto para discussão**, n. 1437. Ipea, Rio de Janeiro, 2009.

SEN, A. O desenvolvimento como expansão de capacidades. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, p. 28-29, 1993.

VARIAN, H. R. Utility Maximization. In: **Microeconomic analysis**. 3 ed., p. 94-115. W. W. Norton & Company, Nova York, 1992.

WOYCIEKOSKI, C.; STENERT, F.; HUTZ, C. S. Determinantes do Bem-Estar Subjetivo. **PSICO**, v.43, n.3 p. 280-288, 2012.